

Caixa não faz política, diz FH

Presidente afirma que instituição se baseia em critérios técnicos

Cristiane Jungblut e Shirley Emerick

• **BRASÍLIA.** O presidente Fernando Henrique afirmou ontem durante o lançamento do Construgiro, novo programa habitacional da Caixa Econômica Federal (CEF), que as decisões na instituição são tomadas com base em critérios técnicos e não em interesses meramente políticos. Segundo ele, houve muita resistência às mudanças feitas na estrutura da CEF, com a transformação das superintendências estaduais em agências de negócios.

— Como foi difícil convencer o país de que esse era o melhor sistema, que não se tratava simplesmente de esvaziar o poder de grupos políticos, mas se tratava de dar mais eficiência à ação de uma insti-

tuição. A qualidade do trabalho não pode ser influenciada diretamente por interesses, por mais corretos que sejam, a partir de razões meramente políticas. E não foram nunca no meu Governo. E me orgulho disso. As decisões podem ter sido erradas, mas não foram em função de interesses menores. Quando houve ação política, foi para corrigir rumos. Mas a execução tem que ser técnica e assim está sendo na Caixa — disse Fernando Henrique.

Caixa destina R\$ 800 milhões para construtoras

No novo programa da Caixa, as construtoras terão R\$ 800 milhões em financiamentos para novos empreendimentos habitacionais. O Construgiro vai antecipar recursos

para capital de giro das empresas. O presidente da instituição financeira, Emilio Carrazza, disse que é possível gerar 120 mil empregos com a aplicação do dinheiro. Em 15 dias os recursos estarão disponíveis.

O programa se destina a reativar a construção de moradias para a classe média, que financiará o saldo devedor diretamente com a construtora. Os empréstimos para o Construgiro serão autorizados por meio da antecipação de recursos que a empresa tem a receber dos mutuários. Para isso, a Caixa exige que o empreendimento tenha um mínimo de 50% da construção. Para esse tipo de transação, serão liberados R\$ 300 milhões. As empresas terão 24 meses para pagar o empréstimo, com juros de 12% ao ano mais TR. ■